



POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO PARA A REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SANTA CATARINA: da produção à implementação

Fabiola Cardoso Cecchetti¹

Eixo temático 1: Alfabetização e políticas públicas

Resumo: Neste trabalho, o objetivo é analisar o processo de produção da Política de Alfabetização para a rede estadual de ensino de Santa Catarina e sua implementação. Problematisa-se a importância da participação coletiva durante o processo de escrita dos documentos curriculares e políticas públicas. Como metodologia utilizamos a análise documental, especificamente do caderno que contém o texto da política e suas respectivas metas e fazemos a relação com o Ciclo de Políticas também como ancoragem metodológica, tendo em vista que as políticas possuem contexto de influência, contexto da produção dos textos e contexto da prática.

Palavras-chaves: Alfabetização; Políticas Públicas; Ciclo de Políticas.

Introdução

Em 11 de abril de 2019, foi publicado o Decreto nº 9.765, que instituiu a Política Nacional de Alfabetização (PNA), propondo no seu Art. 1º a implementação de

[...] programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal.

Já no Art. 3º são apresentados os princípios da PNA sendo a integração e cooperação entre os entes federativos; a adesão voluntária dos entes federativos; a fundamentação de programas e ações em evidências provenientes das ciências cognitivas. Segundo dados do MEC, 70% dos estados brasileiros aderiram a PNA, sendo um deles Santa Catarina. Neste estado, 133 municípios aderiram a PNA, perfazendo um total de 45% de adesão. Consideramos que este é um número significativo para análise tendo em vista

¹Doutoranda em Educação pela UDESC. Integrante do Laboratório e Grupo de Pesquisa Didática e Formação Docente Nape/Udesc/CNPq. Contato: fabiconhecimento@gmail.com

que o estado de Santa Catarina possui sua Proposta Curricular com mais de 30 anos de implementação, a qual traz elementos teóricos e metodológicos divergentes dessa proposta nacional. Além disso, a elaboração do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (CBTC, 2019), considerou todos os fundamentos propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), que nem sequer foi citada na produção do texto da PNA.

Neste contexto, este trabalho vai analisar como se deu o processo de produção e de implementação da Política de Alfabetização para a Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina (PEA), que é um desmembramento da PNA.

2 Política de Alfabetização para a Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina: da produção à implementação

As políticas públicas são elaboradas no intuito de resolver ou minimizar problemáticas complexas presentes nos contextos sociais. Mainardes (2018), explica que o termo política educacional é empregado em um sentido mais amplo, sendo que no âmbito educacional, são formuladas “políticas educacionais” que se traduzem em programas ou projetos de ação. Em Stremel (2018, p.4) encontramos o seguinte esclarecimento

Assim, as políticas educacionais constituem-se em instrumentos de poder simbólico, sejam elas expressas na forma de textos legais ou discursos oficiais, pois são representações simbólicas dos interesses do Estado, embora dissimuladas de serem de interesse público. Nesta perspectiva, as políticas podem produzir, reproduzir ou ampliar desigualdades e hierarquias em vez de efetivamente superá-las.

Desta forma, entendemos que a análise do discurso das políticas educacionais precisa ser contextualizada, sobretudo a partir dos seus antecedentes, ressaltando os interesses envolvidos e vislumbrando sua relação com outros contextos, bem como seus impactos na prática social, afinal a análise de políticas

[...]envolve muito mais que uma simples preocupação com os textos das políticas. Há necessidade de considerar os antecedentes e o contexto das políticas (contexto econômico e político, contexto social e cultural), incluindo os antecedentes históricos, as relações com outros textos e políticas e os efeitos a curto e longo prazos que as políticas podem gerar nas práticas. (MAINARDES, 2011, p. 158)

No Brasil a análise de políticas tem sido realizada, principalmente, à luz do Ciclo de Políticas que é a

[...]denominação abordada pelo pesquisador inglês da área de Políticas Educacionais Stephen Ball (2001) para compreender as Políticas Educacionais, [...] Esta abordagem designada pelo autor apresenta uma possibilidade de um entendimento mais minucioso do processo de políticas, da sua criação até sua efetividade na prática. É imprescindível ressaltar que o ciclo de políticas situa o foco de sua análise desde a formação do discurso de uma política até a interpretação dos sujeitos que a implementam. (DUSO, 2014, p.178)

O Ciclo de Políticas opera a partir da análise do contexto de influência, do contexto da produção do texto e do contexto da prática. Tais contextos não são lineares, mas estão interrelacionados, favorecendo a compreensão dos contextos na política em si, bem como, no seu processo de implementação. O referencial teórico do ciclo de políticas proporciona “instrumentos analíticos para análise da trajetória de políticas (formulação, produção de textos, implementação, resultados)” (MAINARDES, 2006, p. 58). Sendo assim, para utilização do Ciclo de Políticas, é preciso que o pesquisador considere fatores macro e micro e as interações entre os contextos mencionados.

Para tanto, o objetivo é analisar o processo de produção da Política de Alfabetização para a rede estadual de ensino de Santa Catarina e sua implementação. Problematisa-se a importância da participação coletiva durante o processo de escrita dos documentos curriculares e políticas públicas. Neste caso, o trabalho trata-se de uma pesquisa documental, que consiste [...] em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados” (RICHARDSON, 2012, p.230). Portanto, o objeto de análise será o caderno da Política² em questão, publicado em 2021.

A Política de Alfabetização para a Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina foi elaborada em 2021, quando o estado estava sob o governo de Carlos Moisés da Silva, do Partido Social Liberal (PSL). Na ocasião a SED tinha como Secretário da Educação o ex-Deputado Estadual Luiz Fernando Cardoso, mais conhecido como deputado Vampiro, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e como seu Secretário Adjunto, o professor efetivo na rede estadual de ensino, Vitor Fungaro Balthazar.

Na produção da política, havia a coordenação geral realizada pelo professor Dr. Isaac Ferreira, a professora Dra. Paula Cabral e a professora Ma. Zulmara Luiza Gesser. Na lista de colaboradores contam o nome de 14 (catorze) servidores, sendo técnicos da secretaria e professores representantes de uma escola da rede estadual. Como consultora

² A Política de Alfabetização para a rede estadual de ensino foi escrita em 2021 e lançada em 2022. O documento na íntegra está disponível no link

<https://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/31698-santa-catarina-lanca-politica-estadual-de-alfabetizacao-voltada-aos-primeiros-anos-do-ensino-fundamental-e-eja> Acesso em 12 de maio de 2023.

temos a professora Dra. Otília Lizete Oliveira Martins Heinig.

Os professores da rede estadual foram ouvidos por meio de um formulário eletrônico, no qual foi possível opinar sobre alguns aspectos acerca das necessidades pedagógicas, de infraestrutura e metodológicas do processo de alfabetização, bem como da formação docente. Segundo o que consta no texto da PEA, os dados coletados nesta consulta pública sinalizaram a aprovação de 83% das ações propostas.

A PEA resgata inicialmente a tradição que Santa Catarina possui em relação a produção de textos curriculares, pois é um estado que possui uma Proposta Curricular com mais de 30 anos. Todas as versões deste documento (1991, 1998, 2005, 2014, e outras) foram realizadas a partir de discussões coletivas em seminários organizados em polos pelo estado, ou seja, a produção coletiva sempre permeou estes processos no contexto histórico catarinense.

Com relação aos objetivos, a PEA apresenta o desejo de

- 1) Apresentar a Rede Estadual de Educação de Santa Catarina uma política para a alfabetização considerando as metas 5 e 9 do PEE (2015-2024), a fim de que suas estratégias sejam alcançadas.
- 2) Garantir o direito de alfabetização para crianças nos dois primeiros anos do ensino fundamental e para jovens, adultos e idosos não alfabetizados.
 - a. Ao final do primeiro ano, o aluno deverá: compreender o sistema de escrita alfabético; ler textos com autonomia e escrever palavras, frases e até textos com a mediação do professor.
 - b. Ao final do segundo ano, o aluno deverá: ampliar conhecimentos linguísticos sobre o sistema de escrita alfabético-ortográfico; ler textos usando estratégias de leitura e produzir textos considerando as condições de enunciação.
 - c. Na EJA o aluno deverá aprender a ler e escrever em até três semestres letivos. (SANTA CATARINA, 2021, p. 16)

No documento ainda fica ressaltado que a PEA considera a realidade dos documentos construídos anteriormente no estado, mas também dialoga com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e também com a PEA, mas dia apresentar uma leitura crítica de tais documentos para “justificar a tomada de posição que esta Política assume”. (SANTA CATARINA, 2021, p. 20)

No caso da PEA, o caderno apresenta que “há uma ampliação do arcabouço teórico, o que leva à compreensão de que habilidades apenas não são suficientes para o ensino, além disso, é preciso também considerar a aprendizagem e nela o sujeito como ativo nesse processo.” (SANTA CATARINA, 2021, p. 20)

Superando os dois paradigmas propostos pela PNA, o da ciência cognitiva da leitura e o das neurociências, a PEA propõe a importância de se levar em consideração “o contexto

social e histórico de cada criança e sua inserção no mundo da escrita” (SANTA CATARINA, 2021, p. 21), o que demonstra sua aproximação com as discussões apontadas na Proposta Curricular de Santa Catarina.

A PEA também salienta que na perspectiva metodológica, a alfabetização não deve ser realizada a partir de um único método como é o caso da PNA. Segundo a política

As metodologias necessitam compreender os processos cognitivos e linguísticos, levando em consideração o uso social da leitura e da escrita, com atividades que estimulem e orientem a aprendizagem. Desse modo, o alfabetizador precisa ter embasamento teórico para escolher o caminho a ser percorrido em direção ao objeto final: alfabetização de todos. (SANTA CATARINA, 2021, p.25)

Por fim, o caderno ainda apresenta ações de curto/médio prazo para que a referida política seja implementada, a saber:

Ação 1: Garantir que o Currículo Base do Território Catarinense seja contemplado no planejamento e ações dos professores para a alfabetização.

Ação 2: Viabilizar a participação de representantes da Rede Estadual de Ensino nas discussões das instituições de ensino superior acerca do processo de formação inicial de professores alfabetizadores.

Ação 3: Promover articulações da Rede Estadual de Ensino com programas de pós-graduação lato e stricto sensu, incentivando a formação de grupos de estudos, ampliação de pesquisas na área da alfabetização no cenário acadêmico catarinense e a inserção/permanência de professores alfabetizadores em tais programas.

Ação 4: Estabelecer um processo de formação continuada/permanente presencial para professores alfabetizadores, dos primeiros anos, segundos anos e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Rede Estadual de Ensino, bem como para gestores, especialistas e técnicos envolvidos com ações no âmbito da alfabetização.

Ação 5: Promover ações que busquem garantir a estrutura necessária para o acesso, a permanência e o êxito da aprendizagem no processo de alfabetização.

Ação 6: Conhecer o acervo de livre acesso dos materiais didáticos específicos para a alfabetização e tecnologias educacionais, fundamentados teoricamente na Política Estadual de Alfabetização e no Currículo Base do Território Catarinense, para divulgação, uso e ampliação.

Ação 7: Desenvolver plataforma interativa digital para o compartilhamento de materiais, experiências inovadoras em alfabetização e informações acerca do tema por meio de reportagens, artigos científicos, relatos de experiência etc.

Ação 8: Desenvolver processos avaliativos e instrumentos unificados para avaliar a aprendizagem da leitura e da escrita nos 1.º e 2.º anos e na EJA. (SANTA CATARINA, 2021, 29-32)

Cada uma das ações destacadas são desmembradas em sub ações com os detalhamentos das metas. Entretanto, é sabido que nem tudo que está na produção dos textos das políticas se efetivam na prática. O próprio lançamento desta política, por exemplo,

ocorreu em 16 de novembro de 2022³, quase um ano depois que ela já estava impressa. Outro fator relevante é a que depois de lançada, os cadernos foram distribuídos às 36 Coordenadorias Regionais de Educação de Santa Catarina para que estas repasse às suas escolas de sua abrangência, mas não houve fomento de formação continuada por parte da SED para garantir a implementação na prática. Ou seja, as escolas receberam o caderno da política, quiçá os professores leram o mesmo, mas a distância entre o escrito e o praticado certamente é longa. Além disso, até o momento, não foi publicado nenhum documento que legalize esta política no estado, como um decreto, por exemplo.

Por fim, é possível inferir que a PEA foi uma tentativa de Santa Catarina minimizar o impacto de aderir a PNA mesmo diante de um histórico de produção curricular que é referência no Brasil.

5 Considerações Finais

A produção da PEA se efetivou a partir de uma pequena parcela de colaboradores representantes da SED e dos professores alfabetizadores da rede estadual, além de contar com as respostas advindas da consulta pública. Entretanto, podemos inferir que não houve participação coletiva de fato, justamente porque a representação dos professores, por exemplo, não se deu por critérios democráticos e no caderno analisado não fica evidente como ocorreu essa seleção dos colaboradores.

Um dos pontos positivos da PEA foi a análise crítica que o documento faz acerca dos pontos convergentes da mesma com a PNA, situando os aspectos históricos e sociais que envolvem os processos de ensino e aprendizagem na alfabetização, além de salientar o histórico de Santa Catarina na produção de Propostas Curriculares.

Com relação às metas elencadas na política, podemos perguntar: todas são exequíveis? quem as pensou seria capaz de executar? E, quando olhamos para o contexto de influência, identificamos que a PEA foi lançada em novembro de 2022, quando o atual governador já tinha perdido a reeleição em outubro, ou seja, a atual gestão lançou um documento que ficou engavetado por meses a fio, justamente quando não poderia mais se comprometer com a implementação.

Para tanto, em 2023, Santa Catarina aguarda as novas orientações federais acerca da alfabetização para se manifestar acerca da implementação, ou não, da PEA e/ou (re)organizar novas orientações para a garantia de uma alfabetização de qualidade para

³ A notícia do lançamento da Política pode ser acessado pelo link <https://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/31698-santa-catarina-lanca-politica-estadual-de-alfabetizacao-voltada-aos-primeiros-anos-do-ensino-fundamental-e-eja> Acesso em 12 de maio de 2023.

nossas crianças, jovens e adultos que é direito garantido constitucionalmente.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019.** Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília: 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017.

DUSO, Ana Paula. O Banco Mundial e a indução de políticas educacionais: um recorte a luz do ciclo de políticas. In: SUDBRACK, Edite Maria. **Políticas Educacionais: condicionantes e embates na educação básica.** Frederico Westphalen: Uri, 2014. p. 165-190.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do Ciclo de Políticas:** uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação e Sociedade, , v. 27, n. 94, p. 47- 69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, Jefferson. **Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional.** Laplage em Revista, vol.4, n.1, jan.-abr. 2018, p.186-201

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** uma contribuição para a escola pública do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos. Secretaria de Estado da Educação. Florianópolis: COGEN, 1991.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas curriculares.**Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciências e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** formação integral na educação básica. Florianópolis, 2014.

SANTA CATARINA. **Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense.** Florianópolis: SED, 2019.

SANTA CATARINA. **Plano Estadual de Educação de Santa Catarina 2015-2024.** Florianópolis: IOESC, 2016.

SANTA CATARINA. **Política de Alfabetização para a Rede Estadual de Ensino.** Secretaria de Estado da Educação. Governo de Santa Catarina. Florianópolis: Editora Secco, 2021.

STREMEL, S., & MAINARDES, J. (2018). **A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil:** Aspectos históricos. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 26(168).

